

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Aos 16 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do edifício Paços de Concelho do Peso da Régua, pelas vinte e uma horas e trinta minutos iniciou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 6 de dezembro de 2018.

Faltaram os deputados Paulo Jorge da Cruz Costa, Joana Catarina do Souto Lopes, Maria Isabel Barroco de Melo e André Ribeiro da Costa, sendo substituídos pelos deputados Isabel Maria Silva Guedes de Sá, Fábio Sandro de Carvalho Guedes, Paulo Manuel Monteiro Carvalhosa Rocha e Roque Nelson Ferreira da Silva, respetivamente.

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão, informando sobre a correspondência e os convites diversos, tudo disponível para consulta.

O grupo Municipal do PS pediu a palavra para felicitar o Senhor Presidente da Mesa pela sua eleição para Deputado à Assembleia da República desejando-lhe os maiores sucessos e que o seu trabalho seja profícuo na defesa da nossa Terra e Região.

Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e pediu que o ajudem, qualquer contributo que possa ajudar, que seja de utilidade para a Região e para o Distrito ele agradece. Convidou igualmente todos a ajudarem-no a fazer um mandato que seja proveitoso.

Como mais ninguém pretendeu usar da palavra passou a perguntar aos Munícipes presentes, à exceção dos Deputados, se algum pretendia usar da palavra, não tendo havido receção para tal.

Procedeu-se então à leitura da ata de 26 de setembro de 2019, a qual depois de lida e achada conforme foi aprovado por maioria com

Votos a favor 28

Abstenções 2

Estas por não se encontrarem presentes.

A Mesa rececionou uma moção apresentada pela CDU sobre a qual o Presidente da Mesa perguntou se não haveria inconveniente que se fosse discutida no final da Ordem do dia. Foi aceite pelo proponente.

Passou-se de imediato à ordem do dia no seu ponto

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município.

Dada que foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar mais esclarecimentos acerca do documento apresentado.

Começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela sua eleição para Deputado da Assembleia da República, cuja representação do Distrito e da Região seja um sucesso, tendo a certeza que da parte dos autarcas de todos os partidos do nosso Conselho terá o nosso apoio.

Aflorou depois da eventualidade de num futuro a entrega dos documentos a apreciar na Assembleia possam ser enviados aos Senhores Deputados por via digital.

Além do que faz parte da informação escrita abordou diversos assuntos, tais como algumas reuniões com o Comandante Territorial da GNR do Peso da Régua em que foram abordados diversos tipos de situações que tem havido e que são uma preocupação geral. Problemas que ultimamente têm havido com pessoas de uma certa etnia e têm provocado instabilidade em vários locais, nomeadamente em equipamentos comerciais e abastecimento de combustíveis, questionando-lhes qual a sua posição, compreendendo que haverá falta de efetivos, no entanto mostraram-se sensíveis para a resolução do problema identificado.

Referiu, uma reunião com o delegado Regional de Educação do Norte que tem a ver com a delegação de competências para que a mesma possa acontecer no dia um de janeiro de dois mil e vinte, pois o que está em vigor e o acordado em 2009, apenas se circunscreveu à questão do pessoal da EB23, mas agora há um conjunto de serviços que abrange o Agrupamento, como seja transportes e alimentação, tudo isso tem uma certa complexidade.

Realçou ainda a realização do evento da sopa e do vinho numa freguesia do nosso concelho, bem como outros eventos que tiveram o apoio do Município.

Referenciou reunião com as IPSS do concelho no âmbito do Norte 2020 no âmbito de um financiamento que podem ter sobre um investimento previamente feito, dado o momento crítico de financiamento que atravessam e que no próximo ano se vai agravar com a alteração do salário mínimo, assuntos referenciados ao senhor Presidente da Assembleia na qualidade de deputado da assembleia da república, e que já estão a ser trabalhados pelos Grupos parlamentares no sentido de haver uma alteração dos valores em vigor nos acordos de cooperação.

Falou ainda da possibilidade que o Clube automóvel da Régua está a tentar para que haja uma prova no nosso concelho do Rally de Portugal e que possivelmente poderá realizar-se na nossa zona ribeirinha o que haverá de ponderar os constrangimentos que resultem dessa ocupação.

Aludiu reuniões com a Cruz Vermelha onde foram discutidas várias atividades de voluntariado a realizar por aquela entidade isto com o apoio do Município e outras entidades e com o Sindicato dos Trabalhadores da Função pública.

Referiu ter estado presente na Assembleia Geral da A2000 e num jantar de Natal em que também estava presente a Vice-Presidente de Santa Marta de Penaguião, onde salientou o agrado e da transferência da sede daquela instituição para o nosso concelho que em nada não iria criar dificuldades a ARDAD, aproveitando para felicitar o novo Presidente da mesma, o deputado Luis Carlos e reiterando o apoio do Município à instituição. Salientou a importância do trabalho em parceria para que se possa potenciar no nosso território novos serviços e novas oportunidades.

Falou depois do Museu do Douro no qual tem assento enquanto representante do Município, afirmando que este continua com pujança e com resultados positivos naquilo que é a sua gestão e também com projetos para o futuro. Um dos projetos que anda a ser desenvolvido é a requalificação da antiga panificadora, projeto esse que também vai ser uma realidade que transformará aquele espaço num centro de artes e ofícios.

Falou ainda no 6º concurso de vinhos do Crédito Agrícola felicitando os intervenientes que fizeram lóbi para que ele se realizasse no nosso concelho, sendo a primeira vez que foi deslocalizado do Capital do País.

Falou a seguir sobre o Congresso dos Municípios e onde havia uma perspetiva de se falar sobre a regionalização e que se ficou pelas intenções. No entanto, após ter falado o

Senhor Presidente da República que opinou a sua opinião pessoal, acredita que a regionalização vai ser um fato pois vai ser benéfica para a descentralização.

Reportou-se ao vídeo organizado pelo Comissão e Proteção de Crianças e jovens no âmbito do trigésimo aniversário da reunião sobre os direitos das crianças.

Sobre o Programa dos Prós e Contras referiu que deu conta à responsável que o mesmo não foi esclarecedor, pois juntou vários assuntos.

Reportou-se ainda às várias candidaturas feitas pelo Município, nomeadamente na questão do Hospital.

Falou ainda sobre o monumento aos Mortos de Guerra que devemos reconhecer aos Reguenses que se empenharam em que todos os nossos conterrâneos que lutaram em diversas guerras, nomeadamente nas antigas Colónias, em que alguns perderam a sua vida e que devem ser lembrados.

Depois disse que iria falar de obras, começando pelas obras do Mercado que estão para serem iniciadas, falou ainda da Av. Dr. Manuel de Arriaga, e que já foi aberto o concurso público, das Águas do Interior Norte no que à vala na estrada entre Santo Xisto e Vilarinho diz respeito, afirmando que espera que o tempo melhor para voltar a resolver o problema de uma vez por todas.

Falou ainda das passeadeiras que foram implementadas em vários espaços e outras serão implantadas em locais que se julga ser necessário.

Falou das obras de adaptação para implementar a loja do cidadão onde o Munícipe possa ter um atendimento permanente, inclusive à hora de almoço estando a negociar com os funcionários a possibilidade de durante aquela hora estar a funcionar.

Falou ainda as Termas das Caldas do Moledo onde existe já um entendimento entre a Entidade do Turismo e a Câmara Municipal de Mesão Frio e que julga estarmos em condições de este assunto ser definitivamente encerrado e começar a promover todos os tramites necessários para a sua execução, não sabendo como estará o processo da Parte da Câmara de Mesão Frio.

Falou nas obras da Casa do Cantoneiro, que já foi posta a concurso tendo sido consultados cinco empreiteiros.

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia que começou por agradecer as palavras do Senhor Presidente da Câmara salientando que a solidariedade é

total estando sempre ao dispor e que a Mesa também se associa aos votos de sucesso para os novos Corpos Sociais da ARDARD, obviamente uma Instituição que presta um serviço notável, desejando ao nosso Companheiro Luis Carlos os maiores sucessos.

Quanto à sugestão que o Senhor Presidente falou sobre o envio dos documentos por mail, é algo que a Mesa punha à consideração dos senhores deputados, até por razões ambientais e economia de meios.

Na continuação foi dada a palavra ao Deputado Raúl Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves, representante do Grupo Municipal do PPD/PSD que começou a sua intervenção felicitando o Senhor Presidente da Mesa pela sua Eleição para Deputado à Assembleia da República e sobre a proposta para o envio dos documentos por mail estamos totalmente de acordo.

Usou também da palavra sobre este assunto o representante do PS Luis Filipe da Costa Monteiro que disse que em princípio está de acordo, mas que é seu entender rever o Regimento da Assembleia.

A Deputada Gabriela Portela de Mesquita Guimarães solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente de qual o teor da reunião com o Agrupamento do Centro de Saúde e a Administração Regional de Saúde e sobre o problema da delimitação das freguesias de Sedielos se a Câmara já tomou alguma posição sobre isso.

Depois foi dada a palavra ao Deputado Mário Quifones Janeiro que elencou uma série de questões acerca de várias posições e referências que foram feitas em que o Partido Socialista tenha tomado posições contrárias à defesa do Hospital, reafirmando que o Partido Socialista está disposto a trabalhar cem por cento e a contar a verdade e só a verdade aos Reguenses. Referiu que o Hospital na sua exceção vai deixar de existir, não podemos continuar a chamar Hospital ao edifício do Hospital, afirmando estarem disponíveis para com o executivo e o Município a discutir qual o melhor destino.

De seguida falou o Deputado Raúl Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que é sempre um gosto ouvi-lo na sua apresentação o que nos leva a poder dizer que estamos muito bem representados o que nos leva a dizer que deve continuar com o seu ritmo de trabalho e projetos que tem vindo a apresentar.

Continuando no uso da palavra e depois do que foi dito anteriormente, referiu que gostaria de ver o Partido Socialista, que está disponível para colaborar sobre o Hospital,

a falar sobre a atualização das tarifas da água e saneamento e sobre inúmeras situações, tais como a matéria da redução dos deficits da dívida.

Passou ao uso da palavra o Deputado Hugo Tiago Rodrigues da Fonseca sobre a atividade do Município salientando atividades que o Senhor Presidente já tinha falado e realçou várias atividades em que participou nomeadamente as referidas no ponto 5, elogiando igualmente o seu empenho no bem-estar da população e nas Associações sem fins lucrativos.

Solicitou a palavra o Deputado Raúl Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves para enaltecer o Senhor Presidente da Câmara pelo esforço em colaborar e ajudar financeiramente a maior parte das Instituições existentes no concelho.

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondendo às diversas intervenções dos Deputados disse que a questão do processo da Ferraria já tem quarenta anos e é um processo muito complexo. Quanto ao Hospital, referiu que o Senhor Deputado disse que o Hospital não o é, mas no seu entendimento quando o mesmo foi fechado com o perigo da legionela o Hospital da Régua tinha lá cinco camas de internamento mais nada, foi sempre, ao longo dos anos em que esteve em funcionamento, considerado um Hospital. Lembrou que na Campanha eleitoral foi dito por um Senhor Deputado do PS que iriam ser investidos na recuperação do Hospital cerca de quatro milhões de euros, mas não foram e pelo menos esse mesmo Senhor Deputado teve o cuidado de comunicar que tinha sido uma informação errada.

Recordou, ainda, que numa das reuniões com a Senhora Ministra esta afirmou que não iria ser viável a integração do Hospital no Centro Hospitalar.

Quanto à recuperação, numa reunião com o Senhor Secretário de Estado, foi dito que já estava prevista uma verba de seiscentos mil euros para a recuperação do Hospital e passados uns dias o Centro Hospitalar comunicou que iriam lá investir duzentos e onze mil euros. O Sr. Presidente referiu que estes valores foram contestados, pois aquela verba só daria para fazer algumas pinturas salientando que a Câmara estaria disposta a compartilhar as obras de requalificação com um milhão seiscentos e sessenta mil euros.

Depois fez uma exaustiva exposição de como decorreram todas as promessas e recuos do poder central, afirmando que foram muitas as reuniões, com recuos e avanços até que se chegou a um princípio de acordo, em que será implementado nos dois pisos

superiores quarenta camas de internamento, nos dois pisos inferiores passará a ser utilizada pelas USF e no Centro de Saúde será para ser ocupado pelo Centro Renal, tendo-se a ARS comprometido a instalação de um RX e análise na zona USF.

Para que todos os compromissos sejam cumpridos o Município, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia no período em que a USF está encerrada, ou seja de meia noite à sete da manhã e aos fins de semana, compromete-se a ter um atendimento permanente, sendo os custos desse serviço suportados pela Câmara.

Depois fez uma análise em relação à dívida do Município referindo-se aos valores no final da gerência do PS e a atual onde se chegou à conclusão que a dívida atual não é superior, sendo que o executivo iria continuar com a política de investimentos que acham que irão desenvolver o nosso Concelho.

Terminada a sua intervenção usou da palavra o Deputado do PS Mário Quifones Janeiro agradecendo a informação sobre o Hospital e afirmando que o executivo pode continuar a contar com o apoio do PS e sobre a dívida afirmou que os números são tratados da forma como se queiram entender.

Depois foi dada a palavra ao Deputado do PSD Raúl Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves que começou por dizer que mais de noventa por cento dos Deputados do PS não estavam presentes no período de transição da gerência do PS para o PSD e sendo assim deveriam, antes de criticar, procurar informar-se do que de fato foi a gerência do PS. Depois referiu-se aos números da dívida da autarquia dos anos de 2005 até à atual.

Depois falou a Deputada Carla Maria Marracho Borges reportando-se ao que foi dito sobre a gerência do PS no passado e a do presente pelo PSD que acha que é maçador estarmos a falar sempre do que uns fizeram e os outros, afirmando que o tempo o dirá.

Falou o Deputado Luis Filipe da Costa Monteiro para discordar da apreciação feita pelo Deputado Raúl Jorge, pois no ou nos mandatos do PSD também havia verbas que estarão para ser imputadas e que está em sede de apreciação em sede judicial.

Depois usou da palavra o Presidente da Câmara para retificar os números a que os senhores deputados do PS se referiram pois não são os reais. Afirmou que deveriam conhecer o relatório, assumindo que todas as obras foram para bem do desenvolvimento do nosso concelho.

Depois falou sobre o concurso da eletrificação do Linha do Douro, dando a conhecer sobre a situação atual, alguma que só é do conhecimento público através da comunicação social, tal como os horários que iriam ser implementados.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs o prolongamento por mais duas horas da sessão, proposta esta que posta à votação foi aprovada por unanimidade pelos vinte e nove membros presentes.

De seguida foi posta à discussão o ponto 2) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de minuta de contrato para planeamento – plano de pormenor – de vocação turística da Milnorte.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a sua apresentação foi pelo mesmo dito que após a demolição do edificado que existia naquela parcela, houve vários interessados, mas nenhum com um projeto consolidado discutindo qual o seu interesse naquele espaço. Apareceu agora uma Empresa com um contrato promessa com eficácia real sobre o espaço real e que também irá adquirir à EDP o espaço que eles lá tinham para controle, edifício que eles lá tinham e que foi desativado, tendo-o posto à venda, tendo ainda a intenção de adquirir todo o monte onde eram as instalações habitacionais.

Mais informou que nunca foi para ali estudado um plano de pormenor, dado nunca se saber qual o destino daquele espaço, até que agora apareceu alguém com uma disposição firme de ali se instalar um edificado para ocupação, que consta do documento anexo à convocatória. Pretende-se passar para eles a responsabilidade de apresentarem o plano de pormenor e reabilitação, o qual posteriormente será apresentado à Câmara para a mesma proceder à sua apreciação.

Como não foi solicitado qualquer pedido de intervenção para discussão deste ponto foi o mesmo posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade com 28 votos favoráveis.

Passou-se então à discussão do ponto 3 – Apresentação, discussão e aprovação da contratação de empréstimo a curto prazo – exercício económico de 2020.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que este pedido, que é apresentado todos os anos, se destina a apoio de tesouraria durante o ano, pois o mesmo tem de estar amortizado no final do ano.

Dado não ter haver pedido de qualquer intervenção foi o mesmo posto à votação e estando presentes 29 do Senhores deputados foi o mesmo aprovado por maioria com

Votos a Favor 17

Abstenções 12

Passou-se de imediato à apresentação do ponto 4) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal aos documentos previsionais para o ano de 2020 “Orçamento e plano plurianual de investimentos 2020”.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este informou que este plano já foi aprovado em reunião de Câmara em outubro. Foi elaborado com algumas possíveis incertezas que tiveram a ver com o relacionamento com a nova empresa de distribuição e águas e saneamento, a possível aderência de pessoal àquela nova Empresa, bem como a Delegação de competências, prevendo que no primeiro semestre o mesmo tenha de ser revisto.

Reforçou que o orçamento terá de ser revisto, pois pode existir pessoal que queira manter vínculo à Câmara e terá de ser enquadrado, e também no caso do protocolo com o Centro de Saúde, o pessoal que transitar do centro de saúde para a Câmara provocará imprevistos e dinâmicas que têm de ser ajustadas.

Afirmou que neste plano está o que pretendem ser no futuro e que isto é uma linha que deve estar sempre presente, por forma a melhorar o modo de vida daqueles que cá vivem e tornar Peso da Régua num concelho que possa atrair investimento.

Falou ainda dos futuros investimentos, Av. Dr. Manuel de Arriaga, Casa do Cantoneiro, Largo junto ao Cemitério de Godim, Mercado Municipal e o Moledo.

Referiu-se aos eventos que irão a continuar a efetuar-se, referindo diversos, além de outros que irão ser disponibilizados.

No aspeto da habitação salientou estar convencido que terá um desenvolvimento significativo das obras que estão em curso ou em fase de licenciamento.

Dada a palavra à Deputada Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães esta informou que as suas posições estão vertidas nas duas declarações de voto anexas à presente ata.

De seguida foi dada a palavra ao Deputado Luis Filipe da Costa Monteiro cuja intervenção está anexa, igualmente, a este ata.

Dada a palavra ao Deputado Raúl Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves o mesmo começou a sua intervenção dizendo que este plano e orçamento não é mais que os compromissos do programa eleitoral de há dois anos, significa que com as obras que aqui vêm mencionadas o executivo contribuirá para uma melhor qualidade de vida a todos os residentes e a quem nos vier visitar.

Depois foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu à Deputada Gabriela e ao Deputado Luis Filipe da Costa Monteiro.

O Deputado Luis Filipe da Costa Monteiro tomou a palavra para discordar um pouco das posições do Senhor Presidente da Câmara, dando alguns exemplos do que é a sua avaliação dos terrenos que eventualmente poderiam ser considerados para a implantação do parque industrial.

No uso da palavra a Deputada Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães reportou-se à Av. Dr Manuel de Arriaga e a estradas das freguesias. Disse ainda que quando, no mapa de pessoal quando se fala na admissão de uma socióloga, se não seria melhor opção a contratação de um psicólogo.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondendo à Deputada, esclareceu que na CPPJ há dois psicólogos e existem projetos que podem igualmente prestar apoio nessa área.

Respondendo ao Deputado Luis Filipe da Costa Monteiro o Sr. Presidente disse que em relação ao espaço da Praça Dr. Manuel Arriaga está de acordo, mas o anterior proprietário apresentou vários projetos para aquele terreno que nunca foram aprovados e posteriormente fez a sua venda e o atual proprietário começou por fazer daquele espaço um estaleiro. Afirmou concordar com o deputado, mas que isso é uma luta que temos com entidades fundamentalistas que preferem que essas situações aconteçam.

Depois deu alguns exemplos de edifícios e terrenos que estão condicionados pelas mais diversas entidades, em que os critérios são subjetivos.

Posto à votação este ponto foi aprovado por maioria com

16 votos a favor

12 votos contra

1 Abstenção.

Estão anexas a esta ata duas declarações de voto da CDU e uma do PS.

Passou-se de imediato à discussão do ponto 5) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de comparticipação social ao Município, para o novo tarifário do Serviço de Distribuição de água e saneamento da Empresa intermunicipal Águas do Interior Norte.

Para apresentação foi dada a palavra ao Senhor Presidente de Câmara que lembrou que o custo previsto para a água é de vinte e sete, vinte e oito euros, por lei a Câmara não pode subsidiar ou criar medidas compensatórias, no fundo o que se pode assumir é um tarifário social, embora a fatura à Câmara seja ao preço de todas as autarquias. Informou ainda que o que foi feito foi calcular em escalões o custo médio que temos, assumindo cinquenta por cento e os outros cinquenta por cento pelo Município, salientando sermos o único Município a ter um tarifário social no conjunto dos municípios a que estamos ligados.

Foi dada a palavra à Deputada Gabriela Maria Portela de Mesquita de Guimarães a qual perguntou ao Senhor Presidente da Câmara que garantias é que ele pode dar para a duração da aplicação da tarifa social.

Passou a usar da palavra o Deputado Mário Jorge Quifones Janeiro que informou que na sua opinião isto é uma medida eleitoralista que é para agradar a Gregos e Troianos, pois parece-lhe que os pressupostos estão errados pois o já foram dadas provas que esta estratégia não é a mais aconselhável. Informou que para eles a proposta social não parece a mais correta, motivo pela qual iriam votar contra.

De seguida foi dada a palavra ao Deputado Raúl Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves que referiu que relativamente a esta proposta iriam votar favoravelmente e realçou com agrado este custo a suportar pelo município, em benefício dos seus Municípios.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara respondendo à Deputada Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães que quanto ao período de ajustamento o mesmo não deveria ser previsível de cinco anos, mas isso a aprovação é sempre da Assembleia, e como tal o tempo definido só se é concretizável, dependendo dos executivos e da Assembleia Municipal.

Respondendo ao Deputado Mário Quifones Janeiro disse que o valor agora indicado nada tem a ver com o IRS, dado que os valores que devem ser calculados face à declaração do IRS, o mesmo não será aconselhável, dado o mesmo não ser confiável em função do agregado familiar.

Posta à votação esta proposta a mesma foi aprovada por maioria com

16 votos a favor

11 votos contra

1 abstenção

Como foi deliberado passou-se à leitura da moção apresentada sobre o cumprimento célere e cabal do disposto no artigo 3º da Lei 73/2019 que “reinstitutionalização da Casa do Douro enquanto associação pública”.

Após a sua leitura e como nenhum dos Senhores Deputados pretendeu usar da palavra, foi pedida autorização para falar, pelo Vereador da Câmara Municipal Agostinho Alves da Santa, que disse que parece aberrante estamos a fazer uma coisa em que a lei nem sequer entrou em vigor e que nós nem sabemos o que se passa lá em baixo, não sabemos quando os interesses são regionais ou locais. Afirmou que isto é um assunto Nacional, mas não é fácil convencer todas as outras pessoas, todas as outras regiões, todo o resto do País que isto é um problema Nacional e que queremos que toda a gente que tem de cumprir cumpra, nomeando o Governo uma comissão eleitoral e designando já as bases do processo eleitoral, para que saiba que estamos atentos e esperamos que estejam a trabalhar nisto. Afirmou ainda que espera que corra bem e que a Casa do Douro tenha os órgãos eleitos para que possa efetivamente cumprir o seu efetivo mandato na proteção dos interesses dos vinicultores.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que fazer das palavras do Vereador Agostinho Santa as suas, pois quando este tomou posse não havia vinho que solvesse o pagamento das dívidas e se fosse nomeado outro, de Lisboa ou Porto, a Casa do Douro já não existia pois já tinham vendido tudo, mas este com a sua gestão conseguiu resolver todos os problemas financeiros que existiam, apresentando as contas e o balanço das existências, e como tal merece o nosso reconhecimento e de todos os vinicultores pelo trabalho feito a bem da Região.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a Mesa se associa aos elogios feitos que são justificados.

Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade pelos vinte e nove membros presentes.

Nada mais havendo a tratar a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes 29 Senhores Deputados, aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados no nº 4 do art.º 92 do Decreto-lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterado pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.